

## **MOVIMENTO POR TERRITORIALIDADE, ANTIGAS QUESTÕES, NOVAS POSSIBILIDADES: O MDTX.**

**Reinaldo Corrêa Costa - NPCHS/INPA**

[rei@inpa.gov.br](mailto:rei@inpa.gov.br)

No contexto dos temas que envolvem questões sociais, estes se fazem visíveis pela ação dos movimentos sociais, nesse seu surgimento, seus idéias e suas reivindicações tornam-se projeções sociais e políticas a serem observadas. Dessa forma o surgimento de movimentos sociais que lutam por territorialidade logo estão no contexto das relações sociais, nesse sentido o político e social estão na produção de sua existência como resistência a processos de maior escala, como o modo de produção dominante, isso ocorre via movimentos sociais que se apropriam de espaços tornando-os territórios, de vida, de trabalho, ente outros. Nessa abordagem, a junção entre o social e o político é imprescindível, é um ponto inicial para as análises do papel dos movimentos sociais, onde categorias de circunstância (atingidos, sem terra) atrelam-se a outras de sentido permanente (povos tradicionais, índios), onde a primeira vista não há predominância de uma classe, mas na essência são especificidades de classe (ALMEIDA, GOHN, MARX). Ao se constituírem como movimentos sociais que fazem luta pela territorialidade, aparecem aos olhos das classes dirigentes como sendo de sentido rebelde, de radicais, enfim de classe incômoda (SHANIN). No eixo Xingu-Transamazônica, polarizados pela cidade de Altamira (PA) surge o MDTX (Movimento em Defesa da Transamazônica e Xingu). Por isso o procedimento adotado foi o cruzamento de informações agregando-as não só por sujeitos-sujeitantes e também como sujeitos-sujeitados dentro das temáticas envolvidas tais como: hidroelétricas, luta pela terra, formação de latifúndios, políticas governamentais, sejam de dinâmica local ou não. O que sobressai nesse contexto foi que no espaço há luta pela territorialidade em bases de inserção social de grupos com uma lógica de economia moral e que essa moral é expressa nas lutas de classe e esta ocorre também nos circuitos e escalas de mercado e nas territorialidades específicas, que são relações sociais reais, concretas e históricas.

Na resistência cotidiana, os camponeses procuram em suas territorialidades mais diretamente no lote (unidade territorial familiar), se articulam, com seus interlocutores, em ações estratégicas de políticas socialmente justas principalmente visando o conjunto, de garantir o território construído dentro de uma fração do espaço. Organizam-se e lutam por recursos/investimentos públicos como o FNO-Especial, criaram associações de pequenos produtores para melhor escoar a produção, trabalho mormente em família, ou quando necessário fazem o mutirão, isso tudo para inserirem-se em circuitos específicos de mercado, conforme sua escala de produção social e de mercadorias. Como forma de agregar algum valor social e melhorar a qualidade da (re)produção social.

Atacados pelos processos de apropriação do mercado, derruição e expropriação de território pelo modo capitalista de produção, por suas diferentes territorialidades, índios e camponeses, que historicamente têm (re)existido, numa rebeldia, como classe incômoda (SHANIN: 1972), contra estas regras ditas de desenvolvimento que é imposta a determinados grupos sociais. Não sem confronto

com outros grupos sociais de interesses diversos e opostos, como empreiteiros, latifundiários, políticos sem preocupações sociais dignas, comerciantes, entre outros. Em ações recentes a CPT, o CIMI, os STRs, o MDTX e o MAB, influenciados, entre outros, pela Teologia da Libertação, formam uma teia, uma rede, elos de resistência social de transformação para o campo, muito além de sua territorialidade local.

A luta de classes é uma verdade em nossa sociedade, mas a tônica está em *luta*, porque nela é que percebemos que existe a exploração de uma classe por outra. Cada classe desenvolve seus métodos e técnicas para garantir seus interesses. No plano da territorialidade de grupos sociais ameaçados de expropriação de suas terras, ocorre a luta pela territorialidade, uma resistência que só é possível graças à manifestação de interesses comuns em uma união de diferentes grupos sociais, que são homogeneizados por uma ação externa. Nesse caso, diferenças de etnicidade, cultura, categoria social, entre outros é negligenciado, pois são os futuros *atingidos por barragens*; são atingidos via especulação e expropriação de suas terras, muito antes da concretude da barragem.

Com a bandeira de defesa contra a barragem cresce a luta em favor de melhores condições para os camponeses da Transamazônica. O MDTX criou uma convergência de ideologias de interesses em comum. O objetivo do MDTX como movimento pela territorialidade, é assegurar seus interesses contra as formas de coerção social existentes contra os grupos sociais que lhe dão corpo.

O MDTX é mais que um movimento social, é um movimento político pela territorialidade que também é no plano político o interesse dos grupos sociais que o formam, e por ser o movimento pela territorialidade é também um movimento social.

A luta pela territorialidade é fundada na solidariedade existente entre os grupos sociais unidos na condição de *atingidos* (até agora só politicamente) por barragens, e isso é uma relação social criada pelos mesmos ideais e interesses (GOHN). Conforme Marx (149), em *Miséria da Filosofia*,

*“Não digais que o movimento social exclui o movimento político. Não haverá jamais movimento político que não seja social ao mesmo tempo.”*

No eixo Xingu-Transamazônica, polarizado pela cidade de Altamira (PA), o organismo que podemos chamar – na luta pela territorialidade daqueles que a compõem – de movimento social é o MDTX (Movimento pela defesa da Transamazônica e Xingu), com sede em Altamira, anteriormente era denominado de MPST (Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica), que foi se ampliando até setores camponeses da Transamazônica e acabou abrangendo aqueles que margeiam o Xingu, que não tinham uma organização social e política como a do MPST, tinham o apoio do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), da igreja católica, prelazia do Xingu.

Sob o lema de que “construir foi um erro, abandonar é um crime”, 10 sindicatos de pequenos agricultores, 23 associações e 4 cooperativas reuniram-se para criar o MPST (Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica), e que é atualmente o Movimento pela Defesa da

Transamazônica e Xingu (MDTX). Isso ocorreu no final começo da década de 90 (séc. XX), quando a certeza do abandono por parte dos governos federal e estadual provocou o agrupamento de entidades que se organizaram para intervir no futuro e no presente da área.

*“Ao fim de diversas lutas e mobilizações de agricultores da região nos sindicatos e cooperativas em particular, decidiu-se em 1991 criar uma organização regional de tipo federativa, que foi denominada MPST (Movimento pela sobrevivência da Transamazônica).”*(ALVES et.al: 1997: 125).

O MDTX já nasce com o intuito de união e não a substituição, não estava nos planos tomar o lugar de luta de nenhum sindicato, foi constituído para ser um elo entre os sindicatos e associações já existentes e ser um ponto de articulação aos diferentes afiliados procurando assessorar a luta política e dinamizando as reuniões em prol daqueles agredidos pela lógica do latifúndio e do capitalismo.

O MDTX nasce plural nele estão pescadores, trabalhadores rurais, índios, trabalhadores urbanos, entre outros, ele não é singularizado, especializado na luta de uma única categoria social. Para Almeida (1994:522):

*“Nestes antagonismos, em que à primeira vista não há o predomínio político de classe, as categorias de mobilização refletem, na medida adequada, o tipo de intervenção dos aparelhos do Estado. Os agrupamentos traduzem efeitos de ação, senão vejamos: ‘atingidos por barragens’, ‘remanejados’, ‘reassentados’, e ‘assentados’. Prevaecem também noções genéricas, que encobrem possíveis especificidades, tais como: ‘povos da floresta’ e ‘ribeirinhos’. O que parece importar é que categorias de circunstância (atingidos) surgem combinadas com outras de sentido permanente (povos da floresta) no contexto dos conflitos abertos.”*

Conforme essa citação é possível perceber o que ocorre com aqueles que estão no eixo Xingu-Transamazônica, onde se articulam como pescadores, carizeiros, colonos, entre outros, através da ação das associações rurais como os sindicatos de trabalhadores rurais e buscam solucionar problemas como escoamento de produção, saúde e educação e o combate ao CHBM.

Isso mostra que o MDTX não é uma somatória de organismos de representação que está agindo e buscando uma saída local. O que existe é uma via de interlocução articulada com negociações no nível geral (de todos os lugares e situações sociais). Isto com base nos princípios das políticas públicas, pois o que é nativo do lugar foi sendo relativizado, onde o que existe é uma generalização de lutas específicas, que ao seu tempo exigem interlocutores específicos, mas que

concomitantemente tratam os aparatos do Estado como um só, com isso buscam aumentar os grupos de apoio e pressão e reivindicação. (ALMEIDA: 1994: 527).

Com a proposta de entender o eixo Xingu-Transamazônica, procuro analisar as diversas formas de resistência, identidade. Organização, entre outras, da realidade em construção, que interpreto não serem somente o resultado, reflexo ou impacto de disputas entre as forças diferentes dos vários protagonistas sociais presentes. Sendo o espaço geográfico fruto do trabalho humano e das relações que se estabelecem num determinado momento das forças produtivas, automaticamente, também é produzido concomitantemente ao processo de existência humana. (COSTA: 1999).

A sociedade ao mesmo tempo em que produz sua existência, produz espaço, diferenciado, pois a sociedade não é um aglomerado homogêneo de pessoas, ela está diferenciada em classes sociais, que por sua vez, possuem temporalidades e especificidades distintas. (SADER: 1986: 03), e via trabalho, se apropria de espaços, tornando-os territórios, seja via luta ou social ou não.

Quando os camponeses – via STRs -e índios – via CIMI - perceberam que separados um do outro não teriam força econômica e política, formaram o MDTX, com apoio da igreja católica e igreja luterana e de partidos políticos ditos de *esquerda*, como o PT (Partido dos Trabalhadores). Sabiam que não bastava apenas a união, deveriam ter aliados que tivessem argumentos e experiências além das lutas de bases locais.

Ao movimentarem-se socialmente para defender suas territorialidades, seus espaços de vida tinham que se organizar politicamente e agir. O MDTX não é um projeto político histórico pré-determinado, é uma reação aos sucessivos ataques, afrontas e desrespeitos que seus membros receberam no eixo Xingu-Transamazônica, como o abandono da BR-230, sem poder escoar a produção, sem condições de circulação das pessoas, ao avanço dos grileiros em terras camponesas, como no caso dos ribeirinhos com o avanço das serrarias e madeireiras, as invasões aos caminhos da castanha (caminhos em que estão localizadas as castanheiras-do-Pará, onde coletam os frutos), o mesmo acontecendo com os Juruna da área indígena Paquiçamba.

Como ponto de crítica e fortalecimento do MDTX veio o projeto de construção do Complexo de Belo Monte, que ameaça a todos, e os une pela reação à ameaça. O MDTX impõe-se no contexto dos processos de políticas públicas, de reivindicar, de agregar as experiências dos vários líderes dos STRs, do CIMI, da igreja luterana e de pesquisadores, como os do LAET (Laboratório Agro-Ecológico da Transamazônica) do campus da Altamira da UFPA. A discussão política apoiada em experiências existentes em outros pagos é um dado da informação para o debate que as lideranças do MDTX, Tarcisio (2002), que comenta:

*“(...) com relação, a hidrelétrica eles (os políticos) também são colocados a por nas decisões o município, então isso vai gerar, claro que, tem gente reivindicando, mas tudo isso é só visando lucro para se beneficiar do processo, tentando captar para si partes dos royalties da região, isso é o que agente percebe, ninguém veio para a*

*televisão, por exemplo, discutir a construção da hidrelétrica como impacto e que esse investimento necessita, necessita de outros endereços né, também para poder realmente ter sucesso, para que a região não vá se transformar em outra Tucuruí, Serra Pelada.”*

O movimento não pode ser confundido com um luta politizada *a priori*, e sim *a posteriori*, pois no começo é resistência, luta pela territorialidade (do lote ou da aldeia), na atualidade ainda é de resistência, com reivindicações; querem ver ouvidos seus reclamos aos centros de decisão (municipal, estadual e federal), e no contexto das reivindicações políticas sociais e econômicas da sua área de atuação, são politizados nos argumentos e com um projeto que não é único, mas é o que mais aglutina no movimento de resistência contra o CHBM, que se for concluído irá desorganizar e desapropriar várias famílias e grupos sociais, o medo de serem expulsos de suas terras, de serem transformados em sem terras pelo Complexo de Belo Monte é muito grande.

O MDTX criou vida própria e não está sob a hegemonia de sindicatos, da igreja ou de partidos, ainda que muitos adeptos do CHBM acreditem que o domínio do MDTX seja da igreja católica e dos STRs. A Eletronorte tenta anular o discurso do de seus opositores, tenta esvaziar de conteúdo os fundamentos do MDTX, porque não acredita que esse movimento seja autônomo, para os dirigentes da estatal, nesse sentido acreditam que só um partido político organizado ou alguma igreja esteja no comando, para eles é difícil aceitar que membros de classes populares tenham organização própria.

Esses procedimentos não são novos, infelizmente já fazem parte historicamente das lutas pela terra no Brasil. A luta pela terra tem suas origens no contexto do Brasil colônia, mas na história recente pensar que o latifúndio é algo típico da ditadura que dominou o País e as reivindicações por reforma agrária foram suprimidas somente porque havia governos ditatoriais e neoliberais é um equívoco não só na contextualização e no posicionamento histórico, e principalmente político, pois no governo atual, do PT, que foi eleito com base no discurso da reforma agrária, entre outros, e com quase dois anos de governo, ainda latifúndios e não existem indícios que estão sendo combatidos, não há um direcionamento político do governo federal para uma reforma agrária, o que existe é política de empréstimos bancários aos *pequenos produtores* rurais. Não há políticas bem definidas para a homologação de terras indígenas e nem de políticas com vínculos sociais efetivos.

A discussão política, a “atmosfera” das relações geográficas, o geógrafo deve ter cuidado ao analisá-las, pois as grilagens continuam ocorrendo, a expulsão e assassinatos no campo de índios e posseiros, idem, e não estamos na ditadura, mas a terra ainda tem um caráter rentista. Mesmo no período posterior do terror do Estado, as políticas de hidroelétricas continuam para a Amazônia, e do mesmo modo desrespeitando a democracia e as pessoas, o espaço continua sendo (re)produzido de formas semelhantes há de uns trinta anos. A superestrutura do modo de produção pouco foi alterada, direitos foram conquistados, mas ainda falta muito a ser feito pela democracia do acesso e respeito

ao uso social da terra. A concretude histórica desses fatos do capitalismo não é eterna, mas ainda não está formada a antítese de sua destruição, somente a de oposição.

Infelizmente ainda se encontra trabalho escravo e a peonagem como formas de exploração do trabalho, e isso não aponta que está em extinção, está cada vez mais *escondido* no meio das matas. O que continua ocorrendo é que mesmo com tantas expulsões de camponeses, ainda há uma reprodução da chamada *economia mercantil simples*, o campesinato, forma não-capitalista de reprodução social contínua; não houve um proletarização do campesinato, ainda que muitos formem contingentes de favelados das maiores cidades amazônicas, não como proletários, e sim como sub-empregados e muitos como desempregados, pois ao serem expulsos de suas terras só lhe restaram as favelas insalubres como moradias.

Se existe uma *luta* pela territorialidade de grupos sociais, sua estratégia de luta social é na forma de *movimento* pela territorialidade. As palavras, *luta* e *movimento*, são indicadoras de que existem um processo agressor. A idéia de *exclusão* territorial é central para entendermos, em sentido amplo, a expropriação de um grupo social e seu vínculo com uma fração da natureza e a perda dos bens materiais e dos seus meios de produção. É uma des-classificação social, pois deixa de ter a terra – indígena ou camponesa - para ser transformado em sem-terra. Essa mudança é de um grupo social para outro, de um chão para outro, de um trabalho para outro, ou mesmo, sem trabalho; expulso de sua terra não é um desempregado, pois esses camponeses e índios não eram empregados de si mesmos, ao perderem a terra ficam sem territorialidade familiar, pois não sabem como se re-inserir no espaço.

A luta para essa re-inserção no espaço apropriando-se de uma fração é que é o motor da luta pela territorialidade, luta-se para não perdê-la e para tê-la de volta. O movimento pela territorialidade é a aplicação de táticas e a resistência, principalmente no âmbito da organização política desses grupos, que não querem vagar pelo espaço geográfico, como seres sem rumo e sem sentido de vida, de trabalho, de lazer e de cultura. Esse “vagar” pelo espaço geográfico é uma relação social construída na lógica da exploração de uma classe sobre outra, e quem está vagando está sendo explorado até os limites de sua pobreza; o controle de preços da mão-de-obra local, muitas é feito com base nos desempregados existentes, ou a ideologia os estigmatiza como atrasados ou refugos sociais. Ao *vagarem*, sem territorialidade expressam a violência do modo de produção dominante, que desenraiza, de-territorializa, desumaniza, des-socializa, desmoraliza e humilha.

O entendimento da *economia moral* é que podemos conceber como noção de justiça para índios e camponeses, por mais que existam as relações mercantis os referenciais são morais e estão em profunda desigualdade com a relação capitalista, gerando choques, e conforme Thompson, para a situação inglesa do século XVIII, que também serve para este trabalho “(...) *estes agravos operavam num consenso popular quanto a que práticas eram legítimas e quais ilegítimas na comercialização, na preparação do pão, etc. Isto estava por sua vez baseado em uma idéia tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas próprias dos distintos setores da comunidade que,*

*tomadas em seu conjunto, pode-se dizer que construíram a 'economia moral' dos pobres.*" (1984: 65-66).

A lógica da *economia moral*, faz com que pense que, talvez, exista uma *territorialidade moral* ou a *moral da territorialidade*, baseada nas obrigações sociais, como a reprodução da família ou do grupo e plasmada no trabalho para a unidade familiar, incluindo a utilização dos circuitos de mercado, e de sua organização social e política, e isso só é possível se estiver territorializado, pois se estiver "vagando" no espaço geográfico isso é impossível.

É com a *economia moral* e com a *moral da territorialidade* que se compreende a (re)produção social do modo de ser e de existir dos índios e dos camponeses, e é nesta *moral* econômica e territorial que se desenvolvem as estratégias de sobrevivência do grupo. Com essa *moral* conhecem as dimensões da lutas de classes, tendo que resistir espontaneamente ou organizados politicamente para manterem essa *moral*, e isso é feito em constante e histórica luta contra o modo dominante de produção. A manutenção dessa *moral* significa a existência da economicidade e da territorialidade, que são relações sociais reais e não fruto de instituições políticas.

#### Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Universalização e Localismos: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: Silveira, ISOLDA M. *et. al.* (org.) Amazônia e a Crise da Modernização. Belém. MPEG. 1994.
- ALVES, Juliete *et. al.* Une nouvelle gestion des ressources naturelles. In: THERY, Hervé. (org.) Environnement et Développement en Amazonie Brésilienne. Paris. Belin. 1997.
- COSTA, Reinaldo Corrêa. Estudo de Localidades Camponesas no Sudeste do Pará. Dissertação (Mestrado). DG/FFLCH/USP. São Paulo. 1999.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. Editora Loyola.
- MARX, Karl. Miséria da Filosofia. São Paulo. Exposição do Livro. s/d.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: Boletim de Geografia Teórica. Vol.25, nº 49-50. Rio Claro. 1995.
- SHANIN, Teodor. La clase incómoda Sociología política Del campesinado em uma sociedad em desarrollo (Rusia 1919-1925). Madri. Alianza Editorial. 1972.. Madri. Alianza Editorial. 1972.

